

A alegoria fantástica do Segundo Reinado em “O califa de Platina”, de Machado de Assis

Jaison Luís CRESTANI*

Resumo: Em 1878, Machado de Assis colaborou com a produção de uma série fantástica e humorística do jornal *O Cruzeiro*, no qual divulgou nove textos ficcionais com uma inflexão decididamente experimental. Apesar da natureza fantasiosa das histórias, a maioria delas assumia uma dimensão nitidamente alegórica, com o propósito de representar questões polêmicas de seu tempo. Nesse aspecto, merece destaque a narrativa “O califa de Platina: um conto árabe”, que evoca o imaginário fabuloso do Oriente Médio e sua inclinação para artes mágicas, truques, encantamentos e adivinhações, com o intuito de representar alegoricamente as manobras ardilosas da República Platina para com o Brasil na disputa pelo fluxo de imigração europeia. Desse modo, este artigo pretende demonstrar que o *conto árabe* engendrado por Machado formula, por intermédio de sua forma artística, uma denúncia irônica e uma depreciação satírica dos procedimentos escusos da política exterior da Argentina em relação ao Brasil.

Palavras-chave: Machado de Assis. Alegoria. Brasil. Argentina. Febre amarela. Imigração.

The fantastic allegory of the Brazilian Second Empire in the short story “O califa de Platina” by Machado de Assis

Abstract: In 1878, Machado de Assis collaborated with the production of a fantastic and humoristic series on the newspaper *O Cruzeiro*, in which published nine fictional texts with a decidedly experimental inflection. Despite the fantastical feature of the stories, most of them assumed a clearly allegorical dimension, with the purpose of presenting controversial issues of his time. In this respect, it is worth mentioning the story "O califa de Platina: um conto árabe", which evokes the fabulous imagination of the Middle East and its Inclination to magic arts, tricks, spells and divination, in order to represent allegorically the cunning maneuvers of the Argentine Republic against to Brazil in contention for European immigration flow. Therefore, this paper intends to show that the *Arabian tale* engendered by Machado de

* Professor Doutor – Colegiado de Letras – Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas. Av. Bento Munhoz da Rocha Neto, PRT 280 – CEP: 85555-000 – Palmas – PR.

Assis, through its artistic procedures, formulates an ironic and satirical representation of the Argentina's shady foreign policy in relation to Brazil.

Keywords: Machado de Assis. Allegory. Brazil. Argentina. Yellow fever. Immigration.

O percurso editorial das *Fantásias machadianas*

O estudo da atuação de Machado de Assis como homem de imprensa permite observar não só a extensão da sua colaboração junto a um amplo número de periódicos, como também a sua participação no delineamento das diretrizes editoriais de algumas dessas publicações jornalísticas. Em 1877, quando completava catorze anos de colaboração regular junto ao *Jornal das Famílias* — periódico dirigido por Baptiste Louis Garnier, que deixaria de circular no ano seguinte — o escritor começou a trabalhar em favor de um novo empreendimento editorial: o jornal *O Cruzeiro* (1878-1883). Idealizada por uma sociedade de comerciantes portugueses, a organização do periódico contaria, antes mesmo do seu lançamento, com a contribuição de Machado de Assis, que se encarregou de anunciar a futura publicação e de convidar outros intelectuais brasileiros a participar de seu corpo de redatores.

Para o lançamento desse novo órgão da imprensa, realizado em 1º de janeiro de 1878, o escritor teria elaborado previamente o seu quarto romance – *Iaiá Garcia* – que já apareceria em folhetim, no primeiro número do jornal. A despeito desse expressivo engajamento com a composição do novo periódico, sua colaboração não perduraria para além dos primeiros nove meses de circulação. No entanto, conforme a hipótese que mobilizou a realização da pesquisa à qual pertence este trabalho, esse breve, porém intenso, período de colaboração nesse jornal assumiu uma importância decisiva para a redefinição das práticas criativas do escritor que se operou ao final da década de 1870.

Além dos folhetins do romance *Iaiá Garcia* e das polêmicas apreciações críticas dos romances de Eça de Queirós, divulgadas sob a rubrica “Literatura realista”, Machado de Assis publicou, no rodapé desse periódico, um conjunto de nove textos ficcionais de difícil classificação em termos de gênero literário, quais sejam: “O bote de rapé”, “A sonâmbula”, “Um cão de lata ao rabo”, “O califa de Platina”, “Filosofia de um par de botas”, “Antes da missa”, “Na arca”, “O caso Ferrari” e “Elogio da vaidade”. Embora essa produção apresente uma constituição bastante variada, percebe-se uma expressiva unidade estilística, firmada pela identidade autoral do pseudônimo Eleazar, com o qual o escritor assinou todos os textos, exceto o romance, e corroborada pela conformidade estilística assumida para com os propósitos humorísticos previstos, na proposta programática do jornal, para o espaço do folhetim: “Regularmente daremos aos domingos uma crônica, e durante a semana um ou

mais *folhetins humorísticos*, conforme a oportunidade e o espaço”. (*O CRUZEIRO*, 1º jan. 1878, p.1, grifo meu).

Situada num período crucial do processo de transformação da escrita machadiana, a importância irrefutável da atividade criativa que resultou nessa coleção heterogênea de textos veiculada em *O Cruzeiro* pode ser aferida por um simples contraponto entre o convencionalismo que ainda domina a elaboração do romance *Iaiá Garcia* e a desenvoltura experimentalista dos textos que passariam a preencher o espaço do “Folhetim do Cruzeiro”, especialmente narrativas como “Na arca”, “Um cão de lata ao rabo”, “O califa de Platina” e “Elogio da vaidade”.

De um modo geral, a produção remetida ao periódico enfrentou, ao longo da tradição dos estudos machadianos, o completo esfacelamento de sua unidade e o desprezo da crítica especializada pela contribuição que o exame dessa colaboração poderia proporcionar para a compreensão da atividade criativa do autor nesse período tão decisivo de sua trajetória intelectual. Conforme demonstraram John Gledson e Lúcia Granja na “Introdução” à recente edição de *Notas semanais*, o material publicado n’*O Cruzeiro*, além de “[...] pouco conhecido e, acima de tudo, raramente considerado em conjunto, [...] sofreu, como talvez nenhuma outra série de textos, com a história caótica da edição das ‘Obras completas’ de Machado.” (GLEDSON; GRANJA, 2008, p. 14).

Exemplo expressivo desse descaso evidencia-se no percurso editorial de “O califa de Platina: um conto árabe”, publicado, em vida do autor, apenas nas páginas efêmeras do jornal *O Cruzeiro*, em 9 de abril de 1878. No contexto das edições póstumas, embora tenha sido reunida ao volume “Páginas recolhidas”, organizada pela editora W. M. Jackson, em 1937, a narrativa não foi incluída no conjunto das *obras completas de Machado de Assis*, organizadas pela editora Aguilar, mesmo na versão atualizada por ocasião do centenário da morte do escritor, em 2008. Esse descaso editorial responderia pela inexpressiva atenção crítica devotada a essa série de fantasias remetidas ao jornal *O Cruzeiro*, resultando, conseqüentemente, na obscuridade que ainda paira sobre a compreensão do processo de transformação das práticas criativas do autor que se operou nesse período crucial da sua trajetória intelectual.

Como efeito desse descaso editorial e da leitura viciada empreendida pela fortuna crítica machadiana, que só atribui valor literário às obras republicadas em livro pelo próprio escritor, a narrativa “O califa de Platina” permanece, mesmo na atualidade, quase que absolutamente desamparada da atenção do volumoso conjunto de estudos realizados sobre a obra do mais aclamado escritor da literatura brasileira. Além disso, dentre as exíguas leituras que se firmaram sobre essa narrativa, prevalece o aspecto rudimentar e, por vezes, equivocado das interpretações dos elementos estruturais e temáticos constitutivos da sua

textualidade. Um primeiro exemplo que poderia ser mencionado, nesse sentido, é a tese *Os árabes e nós: a presença árabe na literatura brasileira* (2012), de Valter Luciano Gonçalves Villar, que intenta demonstrar, por intermédio do conto em questão e de outras obras machadianas, “a simpatia ao mundo árabe”, manifestada pelo escritor.

Inicialmente, a tese de Villar analisa uma das crônicas da série *Histórias de quinze dias*, publicada na *Ilustração Brasileira*, em 1º de julho de 1876, com o intuito de salientar a “análise certa” do autor e o seu expressivo “[...] conhecimento das peculiaridades otomanas, seus modos de governar, sua organização administrativa, sua formação histórica, que envolve tanto o domínio sobre o mundo árabe quanto as reiteradas tentativas de expandir controle sobre a Europa.” (VILLAR, 2012, p. 116). Na sequência, interpreta como positiva a referência irônica às conclusões de Simão Bacamarte, em “O alienista”, sobre os malefícios da carne de porco para a fertilidade de Dona Evarista, constatados por intermédio da releitura “[...] de todos os escritores árabes[...]”. Esse diagnóstico do alienista é considerado por Villar como um indicativo de que Machado de Assis estaria problematizando a supremacia científica europeia para salientar, por contraposição, a importância da medicina árabe.¹ Afirmar essa *simpatia* do escritor pelo mundo árabe mediante o pressuposto de ser o protagonista da narrativa um *grande arabista* é patentear a ingenuidade da leitura, que fecha os olhos a um dos casos de maior incidência da depreciação satírica da criação machadiana.

A essa linha de raciocínio integra-se a apreciação do *conto árabe* “O califa de Platina”, em que Machado de Assis teria recorrido aos elementos do mundo árabe para desenhar, na opinião de Villar, “[...] uma alegoria da conjuntura política do Segundo Reinado, às voltas com o problema das queixas das associações caixeirais que reivindicavam, à semelhança de seus pares franceses, uma folga semanal, especificamente aos domingos.” (VILLAR, 2012, p. 126-7). Tal interpretação apoia-se nas considerações da historiadora Fabiane Popinigis que, em seu livro *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*, afirma que:

No período imperial, o discurso utilizado pelos interessados no fechamento das portas regia-se pela deferência à religião e aos preceitos cristãos. Em 1870, alguns caixeiros enviaram à Câmara uma representação “pedindo” uma lei que determinasse a suspensão dos trabalhos aos domingos e nos dias santificados. Respaldaram-se, como habitualmente faziam, nos preceitos da religião católica e na falta de tempo para se instruírem. (POPINIGIS, 2007, p. 113).

A esse respeito, convém salientar, a princípio, que o aspecto ordinário e circunscrito do acontecimento, somado ao distanciamento de oito anos em relação à publicação da

narrativa machadiana, induz a questionar a efetiva importância de tal questão para merecer a sua permanência na memória criativa do escritor e ocupar o centro da significação da representação encenada. Considera-se, assim, que a referência a essa polêmica travada entre os caixeiros constitui um aspecto secundário na construção dos efeitos de sentido da narrativa. Afora esse questionamento, verifica-se também a impropriedade das demais associações alegóricas estabelecidas por Villar, como é o caso da suposta “[...] semelhança entre os atributos do califa Schacabac e os do Imperador Dom Pedro II.” (VILLAR, 2012, p. 127). Por uma questão de coerência narrativa, se Brasilina é o Brasil, como afirma Villar, o califa não pode ser Dom Pedro II, já que seu reinado situa-se em diferente território, em Platina, e suas ações se voltam contra o ingresso de mercadorias provenientes exatamente de Brasilina. Além disso, Villar considera que a “importância” e a “centralidade” do anão amarelo na narrativa constituem uma “[...] referência a certo jogo de cartas com, no mínimo três jogadores, muito comum nessa época, que se pratica com o auxílio de um tabuleiro.”² Em sua interpretação, tais jogadores se encaixariam “[...] perfeitamente nas figuras do Imperador, dos patrões e dos caixeiros.” (VILLAR, 2012, p. 127). Além de carecer de uma arguição elucidativa a respeito da conexão estabelecida, tal conclusão é arbitrária, já que não está respaldada pela textualidade da narrativa, a qual não alude a jogo algum nem oferece outros elementos que possam validar essa interpretação.

Embora não seja referenciada, a fonte da incoerência interpretativa de Villar remonta, provavelmente, à tese de Daniela Magalhães da Silveira, intitulada *Fábrica de contos: as mulheres diante do cientificismo em contos de Machado de Assis* (2009), publicada em livro em 2010. Esse estudo já instituíra uma relação alegórica entre o soberano muçulmano e Dom Pedro II, entre o Brasil e Brasilina, assim como entre o enredo da narrativa e a polêmica do fechamento das casas comerciais aos domingos e dias santos, amparando-se igualmente nas considerações de Fabiane Popinigis, citadas anteriormente. A raiz da incongruência estaria na leitura equivocada de que o califa teria aderido à ideia de determinar “[...] o ‘fechamento das portas’ de Brasilina [...]”. (SILVEIRA, 2009, p. 28, grifo meu). A despeito de citar a passagem da narrativa machadiana, que mostra claramente que a determinação do soberano consistia em “[...] trancar as portas de Platina a todas as caravanas que vierem de Brasilina.” (Idem, p. 28, grifo meu), Silveira inverte a ordem dos fatores, facultando, assim, a associação descabida entre o califa Schacabac e Dom Pedro II.

A alegoria fantástica do Segundo Reinado

Diversamente da tese de uma *simpatia* encomiástica do escritor pela cultura árabe ou das interpretações alegóricas propostas por Villar e Silveira, presume-se que a

ambientação da história em terras orientais trabalharia em favor do ajustamento aos referenciais criativos determinados no programa da série “Fantasias”, do “Folhetim do Cruzeiro”, na qual foi publicado o texto machadiano. Por intermédio da denominação contida no subtítulo da narrativa – *um conto árabe*, – evocam-se as convenções do gênero *conto*, que se fundem ao exotismo da cultura árabe. Mais do que uma alusão autorreferencial à forma literária do conto, supostamente assumida pela narrativa, a designação parece constituir uma remissão ao universo das histórias maravilhosas, originárias do Oriente, cuja referência mais remota seria a coletânea *As mil e uma noites*, que, em sua constituição plural, compreende contos folclóricos de procedência indiana, persa e árabe.

A inscrição da narrativa no universo fabuloso das histórias do Médio Oriente deixa entrever, portanto, a filiação do texto machadiano aos procedimentos criativos da tradição da sátira menipeia, referenciados no programa da série “Fantasias”, que se aplicam à combinação entre a fantasia extravagante e a irreverência crítica, entre a *pura liberdade* da imaginação poética e a representação crítico-alegórica das questões polêmicas da sociedade de seu tempo, conforme preconizado pelo precursor do estilo menipeu, Luciano de Samósata. Assim, a despeito da natureza fantasiosa de sua fábula, o texto assume uma dimensão nitidamente alegórica que, diversamente das interpretações incondizentes resenhadas anteriormente, remete ao contexto das relações exteriores mantidas pelo Império brasileiro na segunda metade do século XIX. Conforme sugere John Gledson, embora sem desenvolver o assunto, esse *conto árabe* – “que não é nada disso” – “[...] parece ser uma sátira política sobre as relações entre Argentina [Platina] e Brasil [Brasilina].” (GLEDSON, 2011, p. 22).

Desse modo, afora a evocação fantástica dessa ambientação da narrativa no mundo árabe, é preciso considerar também as motivações político-culturais que fundamentam a relação entre a cultura oriental e a República do *Rio del Plata*, a Argentina. A presença do orientalismo na Argentina teria sido resultado do transplante de modelos europeus de definição dos referenciais da dicotomia *civilização x barbárie*. Na Europa, a forma de governo e o modo de vida nômade orientais seriam utilizados como parâmetro de representação da figura do déspota. (Cf. MONTESQUIEU, 1979). Apropriado pelo presidente Domingo Faustino Sarmiento, esse modelo serviria para divisar bárbaros e civilizados nos pampas argentinos. Para Sarmiento, haveria uma íntima identificação entre a sociabilidade rudimentar das tribos árabes e o estilo da vida gaúcha nos pampas argentinos, principalmente pela marca oposicionista daquilo que o argentino definia como civilização. Em sua obra mais representativa, *Facundo: civilización y barbárie*, o presidente estabelecería uma aproximação entre o líder tribal e o caudilho, unidos pelo exercício de um poder sem lei, um poder absoluto, que consistiria em um obstáculo fundamental à

civilização. Portanto, a referência ao oriente teria a função de imprimir “[...] uma ideia geral do bárbaro, assinalando o traço constitutivo do outro como diferença cultural.” (SOUZA, 2011, p. 1). Vide, por exemplo, a representação a seguir, produzida pelo pintor orientalista Raymond August Quinsac Monvoisin:



Figura 1: Raymond Monvoisin. *Soldado de Rosas*, 1842, óleo sobre couro, 156 cm x 133 cm. Coleção privada.

Fonte: <http://historiadelarte15.tumblr.com/post/127022995190/artistas-viajeros>. Acesso em: 22 dez.2016

A representação desse sujeito-outro com traços árabes, como imagem ao avesso do desejo de ser, dada a sua oposição aos códigos de conduta que definiriam uma *civiltè*, constitui uma construção tipológica, temática e formal, que descende de uma matriz romântica que via no orientalismo um repertório conceitual associado ao despotismo e, por extensão, à barbárie. (SOUZA, 2011, p. 7). Isso explicaria, portanto, a consubstanciação de traços gaúchos e árabes na representação de Monvoisin que, em passagem pela Argentina,

soube captar o vínculo estreito entre as noções históricas que fundiam os ícones de Ali Babá e Facundo. Assim, o oriente faz parte de uma continuidade conceitual entre a Europa e a Argentina, estabelecida por Sarmiento, para divisar os referenciais de barbárie e civilização. Isso explicaria igualmente a apropriação machadiana desse signo, que fundamenta o pensamento político-cultural da República Argentina, para a representação alegórica levada a efeito em “O califa de Platina”.

Na abertura da narrativa machadiana, descreve-se a figura e as ações do califa Schacabac, estimado por seus súditos em razão tanto das suas “virtudes” quanto dos seus “talentos”. Entre as nobres ações desempenhadas pelo soberano, mencionam-se a fundação da “política de conciliação entre as facções do Estado”, o incentivo às “artes” e às “letras”, e a proteção à “indústria” e ao “comércio”. Além disso, revelava notável destreza na pacificação de atos de rebeldia: “se havia alguma rebelião, tratava de vencer os rebeldes; em seguida perdoava-lhes”. Finalmente, “era moço, crente, empreendedor e patriota”.

Por mais que Dom Pedro II tenha promovido também a sua política de conciliação, essa intervenção remonta ao período de 1853 a 1857, e não exigiu investimentos muito expressivos na contenção de insurreições de grupos rebeldes. Ademais, o empreendedorismo do monarca não era digno de reverência, uma vez que a indústria brasileira ainda apresentava uma configuração bastante incipiente e o comércio enfrentava crises desalentadoras em virtude dos descontroles cambiais e da política de dominação comercial que a Inglaterra exercia sobre o Brasil. Vide, por exemplo, a apreciação esboçada na charge da *Revista Ilustrada*, reproduzida a seguir, que denuncia a precariedade da administração pública do país, marcada pela inércia diante da decadência da produção agrícola, causada pelo declínio do regime de trabalho amparado na escravidão, e a improficuidade da indústria, dada a falta de investimentos no setor e as complicações impostas pelas altas tarifas alfandegárias.



Figura 2: Charge que denuncia a precária condição econômica do Brasil às vésperas da extinção do regime servil, “único sustentáculo da lavoura legalmente reconhecido pelo parlamento liberal de 1880”. Além disso, dada a ausência de investimentos no setor industrial, a charge satiriza a visão de futuro do país, afirmando que “este não terá outro remédio senão apelar para a natureza, sempre grande e generosa, que lhe dará bananas para comer”.

Fonte: Revista Illustrada, 4 set. 1880, p. 8.

Desse modo, a caracterização conferida ao califa ajusta-se mais coerentemente com as ações de outro líder político, cuja atuação é contemporânea da publicação da narrativa machadiana e já havia chamado a atenção do escritor em outras ocasiões: trata-se do então presidente da Argentina, Nicolás Remigio Aurelio Avellaneda Silva, que redefiniu os rumos da política e da economia argentinas no final da década de 1870. Meses antes da publicação de “O califa de Platina”, em crônica da série *Histórias de quinze dias*, publicada em 1º de dezembro de 1877, Machado de Assis enalteceu, em termos muito semelhantes aos do *conto árabe*, os progressos alcançados pelos argentinos sob o governo de Avellaneda:

Enquanto vamos liquidando essa questão grave [o problema dos carris de ferro de Botafogo], os argentinos chegaram à conciliação dos partidos, conciliação tão perfeita, que as últimas eleições em San Roque produziram um par de mortes. Vejam o que é conciliarem-se os partidos! Sem a conciliação, era uma hecatombe, em todo o rigor da palavra. (ASSIS, 2008, p. 391).

A expressiva redução dos índices de violência em torno das disputas eleitorais, referida pelo cronista, teria resultado da eficiente “política de pacificação interna” promovida por Avellaneda. Eleito em 1874 sob a acusação de fraude, o presidente precisou enfrentar a rebelião armada do militar e ex-presidente Bartolomé Mitre. Em poucos meses, a insurreição seria contida pelas forças do general Julio Roca que, em 1880, seria eleito presidente e sucederia Avellaneda. Mitre, por sua vez, fora julgado por um tribunal militar e condenado à prisão. Posteriormente, em 1877, Avellaneda expôs ao Congresso os termos de sua “política de conciliação”, “[...] concedeu anistia aos líderes da revolução de 1874 e convidou Mitre e alguns de seus correligionários para participarem do governo”. (RAMOS, 2013, p. 95). Como se observa, tais ações coincidem exatamente com a caracterização do califa Schacabac que, além da conciliação e pacificação interna de Platina, facultou o perdão aos rebeldes.

Com isso, deu-se início a uma nova realidade político-econômica na República Platina: o caudilhismo e as barbáries eleitorais cederam espaço à confiança na liberdade do voto democrático; as aspirações autonomistas da província de Buenos Aires se dissolveram face às ações integralistas do governo; a crise econômica foi superada pelo remodelamento dos investimentos, pela adoção de uma política industrial protecionista e pela redução dos gastos públicos. O governo de Avellaneda destacou-se também pela criação de duas leis que levaram seu nome e foram determinantes para a consolidação desses avanços: a Lei da Imigração (1876), que facilitou o ingresso de centenas de milhares de europeus na Argentina, e a Lei das Universidades (1885), que conferiu autonomia aos centros universitários, beneficiando largamente a instrução pública do país.

Alguns anos depois, a Argentina seria reconhecida, até mesmo pelo Brasil, como modelo de administração pública, conforme se observa, por exemplo, na seguinte declaração do jornal *A Província de São Paulo*:

A República Argentina é exemplo que temos diante dos olhos. O progresso admirável dessa nação americana, de raça latina, tão agitada até pouco, revolucionada ainda há muitos anos pela caudilhagem apresenta hoje uma feição acentuadamente civilizadora [...] Política, científica e industrialmente estudada, a República Argentina destaca-se dentre as outras nações latinas do continente, ocupando lugar imediato ao da Grande República dos Estados Unidos. Poucos países dentro de poucos anos tem tido um desenvolvimento econômico tão prodigioso como a pátria de Mitre e Sarmiento, dois nomes notáveis no sul da América. (Um bom..., 1889, p. 2).

Observa-se, portanto, que a figura alegórica do califa Schacabac foi moldada intencionalmente para incorporar os traços mais peculiares do presidente argentino Avellaneda. Como é próprio da alegoria, há para todos os elementos figurativos apresentados na dimensão imediata e literal do texto um correspondente significativo no plano contextual. Em razão disso, as características atribuídas ao califa encontram eco, uma a uma, nos aspectos constitutivos da identidade real do líder argentino. Sendo uma forma de expressão arbitrariamente construída, a relação articulada pela representação alegórica não depende de apoio em uma similaridade preexistente; em vez disso, “[...] o significado desejado se incorpora a um objeto escolhido, como resultado de um ato intencional.” (SOUKI, 2006, p. 94). Além disso, a alegoria implica uma série contínua de transposições de significados, que formam uma conjunção de correspondências entre elementos simbolizantes e elementos simbolizados. Assim, na sequência da narrativa, prossegue-se com a construção dessa representação alegórica e acrescenta-se mais um elemento simbolizante que requer uma interpretação elucidativa da sua significação contextual. Em sonho, o califa Schacabac é surpreendido pela enigmática aparição de um anão amarelo, que o desafia a realizar um feito verdadeiramente original sob a ameaça de seu fracasso ser punido com uma sentença de morte:

— Comendador dos crentes, teu califado tem sido um modelo de príncipes; falta-lhe, porém, originalidade; é preciso que faças alguma coisa original. Dou-te um ano e um dia para cumprir este preceito: se o não cumprires, voltarei e irás comigo a um abismo, que há no centro da Tartária, no qual morrerás de fome, sede, desespero e solidão. (ASSIS, 1878, p. 1).

Embora tenha sido simplesmente um sonho, o califa ficou preocupado com a exigência do anão e não conseguiu mais dormir. Por outras duas vezes, estando o califa acordado, o anão reapareceu para proferir exatamente as mesmas palavras. O soberano

decidiu, então, convocar os oficiais do conselho, juntamente com o vizir e o chefe dos eunucos, para requisitar a ajuda de todos no cumprimento dessa desafiadora tarefa.

Cada oficial esforçou-se para descobrir uma ideia original. Um deles, Muley-Ramadan, sugeriu que o califa mandasse “cortar o nariz a todos os vossos súditos”. Contudo, a ideia foi rejeitada porque “[...] o nariz era um órgão interessante e útil ao Estado, porquanto fazia florescer a indústria dos lenços e ministrava anualmente alguns defluxos à medicina.” (ASSIS, 1878, p. 1). Tal justificativa corrobora a intersecção alegórica entre a representação figurativa do califa e o seu correspondente real, o presidente Avellaneda, que colocou em ação uma política de proteção à indústria argentina. Por consequência da crise econômica que o país vinha enfrentando, Avellaneda instituiu uma restrição à compra de produtos importados e fundou, em 1877, por iniciativa de Carlos Pellegrini, Vicente Fidel López, José Hernández e Roque Sáenz Peña, o Club Industrial, que estabeleceu tarifas protecionistas para alguns produtos nacionais, fortalecendo assim a indústria de cereais, vinho, tecidos e de outras produções.

Em seguida, o chefe dos eunucos aconselhou o soberano a determinar que “o pagamento dos impostos passasse a ser voluntário, clandestino e anônimo” (ASSIS, 1878, p. 1). Tal proposta estaria amparada na percepção da impostura que prevalece na conduta humana, sempre predisposta a burlar regras e convenções. Assim, de maneira similar à situação que seria encenada posteriormente no conto “A igreja do diabo”, em que muitos dos fiéis da doutrina de Satanás passaram a praticar às escondidas as “antigas virtudes”, acreditava o chefe dos eunucos que essa medida estimularia o exame de consciência e o sentimento cívico, melhorando, portanto, os costumes públicos. Entretanto, o califa “[...] achou-a prematura, e aventou a conveniência de a estudar e pôr em execução nas proximidades da vinda do Anticristo”. (ASSIS, 1878, p. 1). Essa conciliação entre assuntos estatais e convicções religiosas – o livre pagamento dos impostos estatais e a vinda do falso profeta do Apocalipse, – somada ao fato de cada proposição dos oficiais do conselho ser sempre precedida de uma invocação a Allah, remete às polêmicas que se travaram ao final da década de 1870 em prol da separação das esferas de atuação do Estado e da Igreja, tanto na Argentina como no Brasil e em outros países da América:

Na América Latina, como em outras regiões do Ocidente, o processo de construção das unidades nacionais inaugurou, no último quartel do século XIX, uma série de mudanças nas relações entre Igreja e Estado que conduziu à emancipação das instituições políticas e civis em relação às religiosas. Essas iniciativas em prol da laicização se enquadraram em processos mais amplos de secularização, ou seja, de separação e reorganização dos domínios da igreja e da sociedade. Como parte dessas mudanças, a sociedade tentou afirmar-se como autônoma em relação à autoridade religiosa, enquanto a Igreja também transformava em função da

organização de suas instituições na região e do fortalecimento da condenação papal ao liberalismo e à modernidade. (CUCCHI, 2014, p. 60, tradução minha).³

Na Argentina, com a chegada ao poder de um novo grupo político, identificado como Partido Autonomista, iniciou-se, nos últimos anos da década de 1870, um processo vigoroso de laicização das leis nacionais, que culminou, na década seguinte, com a “[...] expulsão do núncio apostólico e a cessação das relações com o Vaticano até o final do século.” (CUCCHI, 2014, p. 60, tradução nossa).⁴

Assim, por conseguinte, cada oficial apresentou a sua proposta – a “invenção da clarineta”, a “proscrição dos legumes” –, mas nenhuma delas foi considerada suficientemente original, até que o vizir sugeriu que se mandasse “[...] trancar as portas de Platina a todas as caravanas que vierem de Brasilina; que nenhum camelo, se ali recebeu mercadoria ou somente bebeu água, [...] possa penetrar as portas da nossa cidade.” (ASSIS, 1878, p. 1). Indagado sobre o motivo de tal fechamento, o vizir afirmou não ter nenhum, daí a originalidade de sua proposta. E explicou o seu raciocínio nos seguintes termos:

— Logo que a notícia de semelhante medida chegar a Brasilina, haverá grande reboiço e estupefação. Os mercadores ficarão pesarosos com o ato, porque são os que mais perdem. Nenhuma caravana, nem ainda as que vêm de Meca, quererá mais parar naquela cidade maldita, a qual (permita-me o conselho uma figura de retórica) ficará bloqueada pelo vácuo. Que acontece? Condenados os mercadores a não mercar para cá, serão obrigados a fechar as portas, ao menos aos domingos. Ora, como há em Brasilina uma classe caixeiral, que suspira pelo fechamento das portas aos domingos, para ir fazer suas orações nas mesquitas, acontecerá isto: o fechamento das portas de cá produzirá o fechamento das portas de lá, e Vossa Grandeza terá assim a glória de inaugurar o *calembour* nas relações internacionais. (ASSIS, 1878, p. 1).

A ideia do vizir foi unanimemente aclamada pelo conselho como “a mais profundamente original de quantas tinham sido propostas”, e seu autor foi agraciado com várias benesses, entre as quais se destacava a concessão da “patente de coronel da guarda nacional”. A obtenção deste título militar faculta a compreensão do significado alegórico dessa representação figurativa. No contexto político-militar da Argentina, o ano de 1878 seria marcado pela nomeação de um novo ministro de guerra, a fim de substituir Adolfo Alsina, recentemente falecido. O nome escolhido pelo presidente argentino foi o do general Julio Roca, detentor de uma carreira militar meteórica e versado estrategista político, que logo se afirmou como uma excelente alternativa para a sucessão de Avellaneda, em 1880. Em uma breve nota biográfica, evidenciam-se os traços da feição oportunista de Roca,

incorporados na caracterização da figura do vizir: “É um dos poucos casos de um homem que, às suas relevantes atitudes para a profissão militar, uniu a capacidade de manobra dos mais consumados políticos. Ele mesmo qualificou-se como alguém que tinha muito de leão e de raposa, e precisamente este último atributo seria sua alcunha.” (PETROCELLI, 2014).⁵

Exercitando essa inclinação oportunista, o vizir manipulou estrategicamente a opinião pública, que “aceitou a medida como um sinal visível da proteção de Allah” e adotou, como um dos mais atrativos divertimentos da cidade, a vaia às caravanas que eram impedidas de ingressar na cidade de Platina. Entretanto, não se concretizou a expectativa de um efeito especular que levasse ao fechamento, aos domingos, das portas dos estabelecimentos comerciais de Brasilina, contrariando assim as teorias *cientificistas* do vizir e incitando a preocupação do califa em relação à ameaça do anão amarelo. Com o tempo, a própria população de Platina passou a conceber como “amoladora” e “vã” a ideia do trocadilho das portas fechadas, uma vez que não surtiu o efeito esperado e ainda privava as pessoas de consumirem as mercadorias de costume provenientes de Brasilina, ou mesmo de escoar para lá os produtos locais. Assim, em meio a esse clima de descrença e descontentamento, “começava a soprar uma aragem de revolução”. Esgotado o prazo estipulado, o anão amarelo reapareceu e, apesar da ineficiência da proposta do vizir, esta foi reconhecida como “verdadeiramente original”. Livre da ameaça, o califa ordenou que a circulação das caravanas entre Platina e Brasilina retornasse ao seu curso habitual.

Como se observa, a questão crucial transcende a circunscrita discussão em torno do fechamento das casas comerciais aos domingos e converge para o âmbito do comércio exterior. A interrupção das transações comerciais e a ameaça de revolução constituem palavras-chave para a compreensão do significado da representação alegórica no contexto das relações diplomáticas entre platinos e brasileiros. Em primeiro lugar, convém salientar a questão da demarcação das fronteiras, que impôs um clima de tensão entre os países aliados na guerra contra o Paraguai. A primeira tentativa de regulamentar definitivamente os limites territoriais entre a Argentina e o Paraguai ocorreu em 1875, com Tratado Tejedor-Sosa assinado no Rio de Janeiro. Nesse acordo, o Paraguai cedeu parte de seu território à Argentina em troca da retirada das tropas dos países aliados. Todavia, o Império brasileiro reagiu contrariamente à anexação de territórios paraguaios pela Argentina, uma vez que o tratado de aliança previa a manutenção da independência e a integridade paraguaia. Além disso, tal favorecimento poderia comprometer o equilíbrio da balança de poder na América do Sul. Assim, a oposição brasileira intensificou a tensão entre os dois países e tornou iminente a ameaça de uma guerra entre os dois ex-aliados da Tríplice Aliança. (Cf. CERVO, 1981, p.124).

Em função desse impasse, a questão das fronteiras voltaria a ser discutida no ano de 1878. Sob a pressão diplomática do Império brasileiro, Argentina e Paraguai acordaram levar a contenda à arbitragem do presidente norte-americano Rutherford Hayes, que decidiu em favor do Paraguai, obrigando a Argentina a retirar-se da região do Charco Boreal, a qual já ocupava militarmente. Esses embates, somados à disputa pela afluência de imigrantes europeus como forma de suprir a escassez de mão de obra após a proibição do tráfico de escravos africanos, teriam contribuído para “[...] uma postura mais ofensiva dos platinos [leia-se argentinos e uruguaios] em relação ao Brasil, inclusive com a imposição de barreiras às embarcações brasileiras.” (CHAVES, 2013, p. 19-20).

É no contexto dessa rivalidade histórica entre as Repúblicas platinas e o Império brasileiro que adquirem sentido os demais elementos figurativos da representação alegórica levada a efeito na narrativa machadiana. Dentre esses elementos simbolizantes, merece atenção especial a figura do anão, que se caracteriza pela cor amarela, pela imposição de um desafio a ser superado e pela ameaça inviolável de que o fracasso seria punido com uma sentença de morte. A chave interpretativa do sentido alegórico dessa figura mágica pode ser encontrada nas próprias páginas do jornal *O Cruzeiro* que, no mesmo período da publicação da narrativa machadiana, noticiou, de forma severamente crítica, a decisão do governo argentino de fechar seus portos a embarcações de procedência brasileira, supostamente em razão do temor causado pelos frequentes surtos de febre amarela que vinham incidindo sobre os países da América do Sul em consequência das condições insalubres que prevaleceram no contexto dos conflitos da Guerra do Paraguai:

O terror da febre amarela levou o governo argentino a fechar os portos às procedências do Brasil e Estado Oriental, medida que em parte alguma tem sido aplicada com tão pouco critério e tanta precipitação como na República Argentina.

Os navios que estavam de quarentena em Buenos Aires eram vigiados com uma severidade quase selvagem. Havia ordem de atirar sobre os quarentenários que tentassem fugir dos lazarentos.

Três vapores de guerra cruzavam no canal para impedir a entrada de algum passageiro procedente dos portos suspeitos. (Revista..., 1878, p. 1).

Na análise histórica dessa questão, observa-se, por um lado, evidências concretas de um temor real quanto a um possível alastramento da epidemia de febre amarela, já que, em 1871, a Argentina enfrentara uma forte epidemia da doença, que teria vitimado fatalmente cerca de 15% da população de Buenos Aires; entretanto, nota-se, por outro lado, a existência de interesses escusos detrás dessa decisão do fechamento dos portos às embarcações brasileiras. Em outro boletim de *O Cruzeiro*, publicado no mesmo número em que saiu a narrativa machadiana, reportam-se as agruras enfrentadas pelos quarentenários

por meio da transcrição de uma carta de um tripulante dessas embarcações. Além das péssimas condições de alimentação e higiene às quais eram submetidos, denuncia-se a ineficiência de tais medidas de segurança, uma vez que as equipes médicas e serventes estavam em constante circulação entre os quarentenários e a população local. Ademais, o final da missiva deixa transparecer claramente que seriam outros os interesses políticos investidos nessa intervenção proibitória: “Pelo que fica dito já compreendes qual o verdadeiro motivo das quarentenas, se bem que as folhas daqui sustentem a necessidade e eficácia delas.” (Quarentenas..., 1878, p. 2).

Outras publicações jornalísticas do período auxiliam na elucidação dos verdadeiros interesses argentinos na interrupção do fluxo portuário com o Brasil, como é o caso da nota divulgada pelo *Diário do Rio de Janeiro* a respeito da atuação editorial do jornal *The British and American Mail*, que condenou categoricamente a conduta platina:

Realmente este órgão da imprensa, escrito em inglês, presta um grande serviço, porque, tratando com toda a imparcialidade de tudo quanto nos interessa, concorrerá para que na Europa reformem a opinião que fazem do Brasil.

No noticiário, falando sobre o fechamento dos portos argentinos às procedências do Brasil, estigmatiza severamente este ato que ele considera ultrajante. (The British..., 1878, p. 2).

Conforme consta do excerto citado, a sanção argentina implicou na formulação de uma imagem negativa do Brasil na Europa. Sabe-se que a doença acometia principalmente os imigrantes estrangeiros; portanto, divulgar a imagem de um Brasil pestilento favoreceria a concorrência argentina num momento de acirrada disputa pela mão de obra europeia, tão necessária às colônias americanas que já sofriam os efeitos do declínio do regime de trabalho amparado na escravidão africana.

A notícia a que se refere o *Diário*, divulgada pelo *The British and American Mail*, considerava como descabida e excessiva a medida argentina, uma vez que a doença não havia atingido um patamar epidêmico, nem havia se alastrado por todo o território brasileiro. Disso resulta a interpretação de que haveria um oportunismo ultrajante por trás da determinação da República Platina:

De acordo com um telegrama recebido aqui, o governo da República Argentina resolveu fechar as suas portas a todos os navios procedentes do Brasil. É o mais ultrajante procedimento para o qual não há razão plausível que possa ser alegada. A febre amarela está, nesta estação, em rápido declínio, e nem tem assumido neste ano um caráter epidêmico. E não somente isso, mas essa ação parece ter resultado simplesmente do mal-estar em relação ao Brasil, uma vez que a determinação se estende a todos

os portos do Império, em alguns dos quais sem que nenhum caso de febre tenha ocorrido.⁶ (Brazilian..., 1878, p.3).

Não seria distinta a opinião de diversos outros órgãos da imprensa brasileira, como se observa nas publicações do periódico *A Pátria*, que concebeu o fechamento dos portos como uma reiteração de sanções anteriores decorrentes da hostilidade dos conflitos que envolveram os países platinos e o Brasil. Em 7 de abril de 1878, o jornal manifestou as suas apreensões em relação a essa medida supostamente sanitária:

Quando há pouco mais de três anos a República Argentina, por seu governo, retraiu-se do caminho das ameaças que fazia pelo seu diplomata *Tejedor* ao império, e até e exautorava o diplomata, nós não duvidamos notar que o retraimento não era sincero, e que conviria estar de sobreaviso a não sermos surpreendidos com novas agressões, que pudessem ter atuação na deplorável política imperial da escola conservadora no Rio da Prata.

A medida do governo argentino, agora dando tão boas mostras de – sua boa vontade ao Brasil, – no fechamento de seus portos aos navios de nossa procedência, a pretexto de infecção epidêmica, terá o mérito de justificar ou dizer fundadas nossas apreensões? (Noticiário, 1878, p. 2).

Na semana seguinte, o periódico tornaria a abordar essa questão, denunciando a “insidiosa solitação” que a Argentina teria dirigido ao governo de Montevideu para que adotasse idêntica política em relação ao ingresso de navios brasileiros em portos dos estados do Prata. Na visão do articulista, sob o “pretexto de estado insalubre”, a Argentina estaria se aproveitando da atual situação do governo – “a braços com dificuldades de toda a ordem”, – para revelar seus “intuitos de hostilidade” e dirigir “insólitas provocações” à nacionalidade brasileira. (Cf. Rio..., 1878, p. 2).

Os desígnios insidiosos da Argentina, denunciados por *A Pátria*, seriam confirmados pelo decurso posterior dos fatos. Em 15 de maio de 1878, o jornal *O Cruzeiro* noticiaria a decisão tomada pelo Paraguai de acompanhar a determinação de seu vizinho e de interditar igualmente o ingresso, em seus portos, de navios procedentes do Brasil. No decreto emitido pelo governo paraguaio, considerava-se que, para “tornar expedito o comércio” com a República Argentina, era conveniente harmonizar as “[...] disposições sanitárias com as adotadas por ela.” (Actos..., 1878, p. 2). Essa cláusula deixa entrever nitidamente as manobras ardilosas arquitetadas pela Argentina a fim de aliciar os demais países platinos ao projeto de interdição da comunicação fluvial do Brasil na América, com o intuito de arruinar a sua imagem diante da Europa.

Corroborando as apreensões anunciadas pelos jornais brasileiros, a historiadora Cleide de Lima Chaves afirma que o impacto das notícias disseminadas pela Argentina em

1878 levou a maioria das embarcações europeias que se dirigiam à América a desviar o seu curso da costa brasileira até que cessasse o alerta em relação à febre amarela. Essa constatação ampara-se no depoimento do cônsul brasileiro Eduardo Cabral Deschamps, para quem a hesitação dos imigrantes europeus em relação ao Brasil resultava diretamente dessa maliciosa artimanha da Argentina:

Não se oculta a ninguém que semelhante notícia – repetição de outras iguais – obedece antes a meditado plano de desacreditar na Europa o Brasil, fazendo-o passar por um país pestífero e inabitável, pelo temor da concorrência, que este – melhor constituído e melhor governado – oferece, com maior proveito e garantias, as massas paupérrimas superabundantes no continente europeu prontas a emigrar para a América – do que, realmente, ao receio formal de importação de nova epidemia, que já na Confederação em 1871, fez estragos inauditos pela intensidade com que assolou, como mercê de Deus, nunca tivemos a deplorar, isto credencia ter o Rio da Prata em si, elementos para a febre amarela aparecer sem a intervenção de contágio externo. (DESCHAMPS, 1878, *apud* CHAVES, 2013, p. 20).

Como se observa, o expediente da febre amarela constitui um artifício por meio do qual a Argentina procurou se sobressair na acirrada concorrência pelo afluxo de imigrantes europeus. De igual modo, a narrativa machadiana encerra-se com a insinuação de que a “anedota do anão amarelo” não passou de um arranjo matreiro entre o califa e o vizir, não somente pela acepção com que o narrador se refere ao caso – uma *anedota*, que é convencionalmente entendida como uma historieta curiosa ou de pura invenção, – como também pela conotação irônica inerente ao enaltecimento das “boas intenções” dos dois comparsas, que esfregam as mãos como demonstração do êxito alcançado por seus embustes:

Livre da ameaça, o califa mandou logo que todas as portas se abrissem às caravanas de Brasilina. O povo aquietou-se; o comércio votou mensagens de agradecimento. E porque o califa e o vizir eram homens instruídos, práticos e dotados de boas intenções, e apenas tinham cedido ao medo, sentiram-se contentes com repor as coisas no antigo pé, e não se encontravam nunca sem dizer ao outro, esfregando as mãos:
— Aquele anão amarelo! (ASSIS, 1878, p. 1).

Por meio da análise da significação dessa representação alegórica, pode-se afirmar que a encenação genérica assumida pelo texto machadiano – um *conto árabe* – conflui para a construção do efeito de sentido visado pela proposição temática articulada de maneira cifrada. Na coreografia exercitada pela narrativa machadiana, assimilam-se os elementos peculiares desse segmento cultural: os nomes e as funções sociais, com destaque para a figura do “Abracadabro, varão exímio na geomancia”, as ações simbólicas e os

procedimentos ritualísticos convencionados pelas práticas mágicas, como o prazo – *um ano e um dia* – concedido pelo anão para o cumprimento da tarefa, a reparação do anão por *três vezes* e a determinação estrita da procedência e do número de figos – *três figos da Alexandria* – que deveriam ser servidos na noite do encerramento do prazo, que assumem uma conotação ritualística semelhante aos três pedidos oferecidos pelos gênios das lâmpadas mágicas. Assim, a evocação da cultura árabe, com sua inclinação para o imaginário fabuloso e para a prática de artes mágicas, truques, encantamentos e adivinhações, com o intuito de representar alegoricamente o *truque* ardiloso da República Platina para com o Brasil, evidencia um trabalho de experimentação criativa, com o propósito deliberado de moldar a forma textual da narrativa ao conteúdo enunciado de modo cifrado, convergindo-os para a construção do mesmo efeito de sentido. Portanto, o *conto árabe* engendrado por Machado de Assis opera, por intermédio de sua forma artística, uma intensificação da denúncia irônica e da depreciação satírica que incidem tematicamente sobre as práticas escusas e fraudulentas da política exterior da Argentina em relação ao Brasil.

O embate político, assimilado esteticamente pelo texto machadiano, permaneceria por um longo período no centro dos debates jornalísticos. Em agosto de 1882, o ex-presidente Avellaneda visitaria o Brasil para discutir as relações comerciais entre os dois países, durante as conferências da Associação Industrial. Essa intermitência das relações diplomáticas entre o Brasil e a Argentina, em permanente alternância entre estados de paz e de conflito, é tematizada em uma charge humorística da *Revista Ilustrada*:



Figura 3: Charge humorística que evidencia a desconfiança brasileira em relação aos reais propósitos do ex-presidente argentino na proposição do restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais entre o Brasil e a Argentina. Nessa personificação dos dois países nas figuras de uma “rapariga guapa” e de um índio “patusco”, tematiza-se a perpétua rivalidade histórica entre as duas nações vizinhas

Fonte: Revista Illustrada, 12 set. 1882, p. 7.

A demonstração do ressentimento brasileiro quanto ao entrave de 1878 transparece na apreensão com que os periódicos se manifestaram a respeito dos reais propósitos dessa tentativa de reaproximação de 1882, conforme se observa na apreciação da própria *Revista Illustrada*:

Quem é o Dr. Nicolau Avellaneda? É uma glória argentina e mais ainda: uma celebridade americana. Bem jovem ainda, o Dr. Nicolau Avellaneda foi tudo quanto se pode ser de mais elevado no seu país: deputado, ministro, e por fim, presidente da república, sendo o período do seu governo o mais fecundo e benéfico que registra a história da sua pátria; foi ele que realizou a grande obra da unificação nacional.

Virá em alguma missão do seu governo? Não; as suas palavras na sessão da associação industrial são as mais assegurantes e simpáticas [...]. Contrariamente ao que se podia pensar, o Dr. Avellaneda vem pedir ao clima do Brasil o restabelecimento da sua saúde, que os ares pátrios lhe negam.

Auras fluminenses, não perdi tão bom ensejo de reconquistar os vossos créditos de benfazejas, perdidos entre os nossos vizinhos; dai ao ilustre estadista a saúde e fortaleza que ele vos pede. (Pequena..., 1882, p. 6)

Com base nessa permanência do debate jornalístico em torno da questão, pode-se considerar que a análise da significação alegórica permite avaliar também a atuação de Machado de Assis como homem de imprensa. Em lugar da visada internacionalista a respeito do imaginário maravilhoso peculiar da cultura do Oriente Médio, que poderia ser sugerida por uma leitura desinteressada da interpretação do sentido alegórico, identifica-se uma predisposição do autor para a intervenção artística em assuntos polêmicos de seu tempo. Assim, diversamente da ratificação da feição universalista do escritor, preconizada pela fortuna crítica, evidenciam-se os traços da sua interação dinâmica com as questões e linguagens de seu tempo, com a audiência, o corpo de colaboradores e a conjuntura editorial dos periódicos em circulação no período de produção das suas obras. Portanto, a apropriação das técnicas da tradição luciânica com o propósito de articular uma representação satírica da rivalidade histórica entre a Argentina e o Brasil inscreve-se no conjunto de discursos, códigos e signos que formam a cultura do período.

Recebido em: 31/08/2015

Aprovado em: 21/10/2015

NOTAS

¹ “Na verdade, o que parece ser uma contradição nessa espécie de ridicularização do cientista de Itaguaí, não passa de um artifício ficcional, bem fundamentado e coerente, utilizado por Machado de Assis, para alcançar, por meio dessa astúcia, dessa sutileza literária, uma instância que problematize, ironize a pretensa superioridade da ciência europeia, enquanto se preserva o legado clássico da literatura médica do mundo árabe, indicando para os seguidores desse cientificismo ocidental a existência de outros campos de conhecimentos, outras referências no trato dos distúrbios mentais de variada natureza” (VILLAR, 2012, p. 119).

² Apesar da ausência de referência, a informação fora extraída, praticamente *ipsis litteris*, de um dicionário on-line de ludologia e não há qualquer fundamento que permita estabelecer uma relação plausível com a personagem mágica da narrativa machadiana.

³ “En América Latina, como en otros espacios de Occidente, el proceso de construcción de unidades estatales inauguró, en el último cuarto del siglo xix, un conjunto de cambios en las relaciones entre Iglesia y Estado que apuntaron a la emancipación de las instituciones políticas y civiles respecto de las religiosas. Esas iniciativas laicistas se enmarcaron en procesos mayores de secularización, esto es, de separación y reorganización de esferas entre Iglesia y sociedad. En el marco de esos cambios, la última buscó plantearse como autónoma respecto de la autoridad religiosa, al tiempo que la Iglesia también se transformaba en función de la organización de sus instituciones en la región y del fortalecimiento de la condena papal del liberalismo y la modernidad” (CUCCHI, 2014, p.60).

⁴ “[...] en la década de 1880 y en el marco de la sanción de las leyes nacionales laicas, las controversias entre las autoridades civiles y eclesiásticas derivaron en un conflicto de envergadura que terminó la expulsión del país del nuncio apostólico y en un cese de relaciones con el Vaticano hasta el fin de siglo” (CUCCHI, 2014, p.60).

⁵ “Es uno de los pocos casos de un hombre que, a relevantes aptitudes para la profesión militar, unió la capacidad de maniobra de los más consumados políticos. El mismo se calificó como que tenía mucho de león y del zorro, y precisamente éste último sería su apodo” (PETROCELLI, 2014).

⁶ According to a telegram received here the government of the Argentine Republic has resolved to close their ports against all ships proceeding from Brazil. It is a most outrageous procedure for which no plausible reason can be alleged. Yellow fever is at this season fast declining nor has it assumed this year an epidemic character. And not only so but that action seems prompted only by indisposition towards Brazil when this order extends to all the ports of the Empire in some of which no cases of fever have occurred (Brazilian..., 1878, p. 3).

FONTES

A *PÁTRIA*. Rio de Janeiro. 1878. Acervo: Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

A *PROVÍNCIA DE SÃO PAULO*. São Paulo. 1889. Acervo: Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, 1878. Acervo: Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

O *CRUZEIRO*. Rio de Janeiro. 1878. Acervo: Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

REVISTA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro. 1877-1883. Acervo: Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

THE BRITISH AND AMERICAN MAIL. Londres. 1878. Acervo: Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

REFERÊNCIAS

ACTOS oficiais. O *Cruzeiro*, 15 maio. 1878. Acervo: Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Obra completa em quatro volumes*. Rio de Janeiro: Aguilar, 2008, 4 vols.

_____. O Califa de Platina: conto árabe. O *Cruzeiro*. 9 abr. 1878. Acervo: Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

BRAZILIAN Notes. *The British and American Mail*. 9 de abril de 1878. Acervo: Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

CERVO, Amado. *O parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1885)*. Brasília: Editora da UNB, 1981.

CHAVES, Cleide de Lima. Epidemias e quarentenas no Brasil e no Rio da Prata no século XIX. *Estudios Históricos*. CDHRPyB, ano V, n. 11. Uruguai, dez. 2013.

CUCCHI, Laura. Estado, Iglesia y partidos en los inicios del poder autonomista en Córdoba, Argentina (1877-1880). *Iberoamericana*, XIV, 54. 2014. p.59-77. Disponível em: <http://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/150/765>. Acesso em: 14 dez. 2014.

GLEDSON, John. Dossiê: duas crises machadianas. *Machado de Assis em linha*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, dezembro de 2011. p.10-31.

_____. GRANJA, Lúcia. Introdução. In: ASSIS, Machado de. *Notas semanais*. Organização, introdução e notas de John Gledson e Lúcia Granja. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 2008.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

NOTICIÁRIO. *A Pátria*, 7 abr. 1878. Acervo: Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

PEQUENA Chronica. *Revista Illustrada*, 12 set. 1882. Acervo: Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

PETROCELLI, Héctor B. La sucesión de Avellaneda. In: *Historia constitucional de Argentina*. Disponível em: http://www.argentinahistorica.com.ar/intro_libros.php?tema=1&doc=57&cap=0 Acesso em: 23 de novembro de 2014.

POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1650-1911)*. Campinas-SP: Ed. UNICAMP, 2007.

QUARENTENAS no Prata. *O Cruzeiro*. 9 de abril de 1878. Acervo: Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

RAMOS, Paula da Silva. *Vozes do Império: Estados Unidos e Argentina no debate político da imprensa brasileira (1875-1889)*. 160fls. Dissertação (Mestrado em História). Assis-SP: Universidade Estadual Paulista, 2013.

REVISTA do Rio da Prata. *O Cruzeiro*. 15 de abril de 1878. Acervo: Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital)

RIO da Prata. *A Pátria*, 14 abr. 1878. Acervo: Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Fábrica de contos: as mulheres diante do cientificismo em contos de Machado de Assis*. 243 fls. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2009.

SOUKI, Zahira. *Alegoria: a linguagem do silêncio. Mediação*. Belo Horizonte, n. 5, nov. 2006. p. 92-108.

SOUZA, Fábio Francisco Feltrin de. O árabe dos pampas: orientalismo e violência na Argentina do século XIX. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, jul. 2011, p. 1-12.

THE British and American Mail. *Diário do Rio de Janeiro*, 10 abr. 1878. Acervo: Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

UM bom exemplo. *A Província de São Paulo*. 19 de maio de 1889. Acervo: Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital).

VILLAR, Valter Luciano Gonçalves. *Os árabes e nós: a presença árabe na literatura brasileira*. 257 f. Tese (Doutorado em Letras). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.